



Após ataque em Sapopemba, Tarcísio disse que é preciso envolver todos no combate ao bullying

ça: 26,2% dos alunos não brancos (pretos, pardos e amarelos) afirmaram terem sido alvo de intimidação nos últimos 12 meses, ante 22,8% dos alunos brancos. “Bullying e racismo são fenômenos diferentes, mas estão no mesmo espectro”, explica Luciene.

Segundo ela, o racismo se refere a algo construído historicamente, por um coletivo, e ao praticá-lo se violenta a história de um povo, enquanto o bullying é relacionado a uma pessoa específica. “Mas é possível cometer bullying e racismo ao mesmo tempo.”

Em abril, a filha da atriz Samara Felippo, de 14 anos, foi vítima de racismo na Escola Vera Cruz, na zona oeste da capital. O caderno da menina foi rasgado e devolvido com uma frase racista. A mãe afirmou que não foi a primeira vez e pediu a expulsão das agressoras.

O colégio negou que houvesse reincidência. Para especialistas ouvidos pelo **Estado**, as autoras deveriam permanecer na escola, entender a gravidade do que fizeram e aprender por meio de projetos antirracistas e de convivência.

O QUE AS ESCOLAS DEVEM FAZER. Antes da pesquisa de Stanford, os dados brasileiros mais recentes sobre o assunto tinham sido coletados em 2022, durante o exame internacio-

nal Pisa, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O resultado foi que 22% das meninas e 26% dos meninos no País disseram terem sido vítimas de bullying pelo menos algumas vezes por mês. A média dos países da OCDE foi mais baixa: 20% para as meninas e 21% para os meninos.

Luciene afirma que os currículos precisam incluir a convivência pacífica, que se dá por meio de programas que permitam que os alunos exerçam seu protagonismo, discutam seus problemas em grupos, e formem equipes de ajuda. “O sentimento de pertencimento à escola traz proteção ao aluno para ele não ser vítima do bullying e até para que não o pratique. Se sentir atuante, querido, faz compensar as fragilidades.” Segundo especialistas, escolas muito rígidas e competitivas, que estimulam uma hierarquia de poder e não

O que alimenta o bullying é a necessidade de o autor ser bem-visto aos olhos dos colegas. É o que faz ele ser tão sofrido e cruel e a vítima ser diminuída em um grupo social ao qual quer pertencer”

Luciene Tognetta
Professora

um ambiente cooperativo e solidário, também podem favorecer o aparecimento de bullying.

Além de interferir na aprendizagem do aluno, já que muitos chegam até a faltar à escola, as violências praticadas pelos colegas nas turmas levam a graves problemas psicológicos ou físicos. Especialistas alertam para consequências como automutilação e suicídio entre vítimas.

Em abril, o estudante Carlos Teixeira, de 13 anos, morreu uma semana após dois estudantes pularem sobre as suas costas em uma escola estadual em Praia Grande. Os pais disseram que ele era vítima de bullying; o caso está sendo investigado.

Outras apurações envolvem uma série de casos de violência em escola no ano passado – grande parte com autores alegando serem vítimas de bullying. Foi o caso do ataque a tiros na Escola Estadual Sapopemba, na zona leste de São Paulo, que deixou uma aluna morta em 23 de outubro. À época, o governador, Tarcísio de Freitas (Republicanos), destacou a importância de “desenvolver nos alunos a capacidade de enfrentar situações do dia a dia e combater o bullying”. • COLABOROU LARA CASTELO

Nova legislação ainda enfrenta uma série de entraves na execução

A maioria dos casos de ataques a escolas que ocorreram no País tem como pano de fundo o bullying. A nova lei federal que criminaliza a prática foi entendida como uma resposta do Legislativo e do Executivo à onda de ataques nas escolas brasileiras em 2023. O Brasil já tinha uma lei anti-bullying, de 2015, que previa programas em escolas para prevenção, mas pouco foi feito para que ela fosse colocada em prática.

“A gente só criminaliza uma conduta quando entende que é grave, esse recado foi dado com a nova lei e é ótimo”, diz a promotora da Infância e Juventude em Maceió e ex-coordenadora do Fórum Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e Adolescência, Alexandra Beurlen. “Mas o bullying não se resolve só dizendo que ele é um crime e, sim, mudando as relações sociais.”

A promotora ainda aponta diversas dificuldades para que a lei se efetive. Uma delas é o fato de prever como pena para bullying apenas a multa, quando outros crimes, como injúria, ameaça e agressão (que podem estar incluídos no bullying) podem resultar em prisão. Isso pode fazer, segundo ela, com que a Justiça sequer enquadre os casos na nova legislação. Além disso, explica, como os agressores são, em geral, adolescentes, quem pagaria a multa são os pais.

NA WEB. Já com relação ao cyberbullying, a nova lei fala em pena de 2 a 4 anos de prisão. Uma das justificativas para a pena maior, segundo ela, é a de que as agressões presenciais podem parar se a vítima sair do ambiente onde elas acontecem; já no virtual isso não é possível. “Ela não se apaga, está na rede social, é repetida várias vezes por ser compartilhada e causa danos psicológicos gravíssimos”, afirma.

Mesmo assim, a promotora diz ser difícil que haja prisão – ou internação na Fundação Casa, no caso de adolescentes – porque o Código Penal só permite a preventiva em crimes cuja pena é superior a 4 anos. “São várias nuances e uma lei nova que não tem jurisprudência ainda.”

Para a médica e advogada, especialista em riscos psicossociais e impacto sobre a saúde, Luciana Baruki, mais importante do que a pena para o agressor é a vítima se sentir

acolhida, validada e o ambiente mudar. “É um avanço dar nome ao crime de bullying. A punição exemplar tem o seu caráter pedagógico, inibitivo, mas quando se fala de prevenção é preciso ter uma promoção de uma cultura de respeito.”

FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

Ainda como consequência no aumento do número de ataques a escolas, o governo federal criou em abril o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (Snave), oito meses após a sanção de uma lei específica. O objetivo é ampliar a capacidade das escolas em promover ações de prevenção e resposta à violência, com formação de profissionais promovida pelo Ministério da Educação (MEC). Os Estados e os municípios precisam aderir ao Snave e, segundo o MEC, essa possibilidade deve ser aberta no próximo mês.

Conforme a Agência Brasil, entre as medidas a serem adotadas estão a criação de protocolo preventivo, identificação e monitoramento de ameaças; capacitação de profissionais de educação; elaboração de planos de resposta a emergências; e sistematização dos registros de ocorrências e das boas práticas de enfrentamento da violência nas escolas. A perspectiva é de integração com o Sistema Nacional de Informações e de Gestão de Segurança Pública e Defesa Social (Sinesp), ferramenta existente desde 2012.

Após ataques em colégios Criou-se em abril o Sistema de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas

“A perspectiva é a da prevenção, com um conjunto de formações, práticas restaurativas, discussão da cidadania e da necessidade da gestão democrática, grêmios estudantis, o que tem relação com o bullying”, afirma a secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação, Zara Figueiredo.

Segundo ela, haverá no MEC um grupo de trabalho específico para pensar ações contra bullying. E ainda um programa de formação para psicólogos que atuam em escolas que tiveram casos de violência extrema, como ataques. • R.C.